

Violência nas Escolas: a Paraíba em Foco

Violence At Schools: Paraíba In Focus

Fernando César Bezerra de ANDRADE*

RESUMO

O artigo enfoca a produção documental científica em relação às violências nas escolas paraibanas, refletindo sobre as implicações das ações implementadas nesse Estado. Para tanto, o autor atém-se à pesquisa da literatura científica produzida sobre o assunto na Paraíba (livros, relatórios, dissertações, artigos etc.). Na primeira parte, após ser definido o fenômeno, indicam-se os principais avanços na pesquisa brasileira sobre ele; na segunda parte, caracteriza-se a investigação paraibana (em termos de período, local, autoria, formato, objetivos, perspectivas teórico-metodológicas, resultados); na terceira, por fim, tal caracterização é analisada, tendo em conta a produção de âmbito nacional. Os resultados permitem concluir que a violência na escola adquiriu visibilidade entre pesquisadores e educadores interessados na temática em todo o Brasil. Isso também se verifica na Paraíba, principalmente a partir do final da década de 1990, mas esse processo ainda é inicial e merece análises mais profundas e extensivas.

Palavras-chave: violência - escola - literatura científica - pesquisa - Paraíba.

ABSTRACT

This article focuses the scientific documental production about the violence at Paraíba's schools and takes some reflections on consequences of the actions established in that State. In this way, the author analyses the research of scientific literature produced about this subject in Paraíba (books, reports, dissertations, articles and so on). First part, after defined the phenomena, the author indicates the main advances into Brazilian research about the theme. The second part, he characterizes the Paraiban investigation (considering the period, local, authors, format, aims, theoretic-methodological perspectives, results). The third part, at the end, that characterization is analyzed, including the national production about it. The results guide to conclude that the violence at school is being seen by the researchers and teachers interested in this theme, all over Brazil. That situation is also observed at Paraíba, mainly by nineties, although that process is in the beginning and deserves deeper and more extensive analysis.

* Mestre em Educação pela UFPB. Professor Assistente do DFE/CE/UFPB. E-mail: frazec@uol.com.br

Key words: violence - school - scientific literature - research - Paraíba.

“... alguns dos movimentos iniciais jamais pressentidos vieram à tona.”

(João

Cabral de Melo Neto, “Introdução ao Instante”, Primeiros Poemas).

Numa conversa com uma pesquisadora paraibana que viveu uma rica experiência de enfrentamento das violências na escola em que trabalha, ao ser por mim questionada sobre o porquê de até então não ter divulgado o seu trabalho através de publicação, respondeu não saber se haveria algum interesse numa experiência local, principalmente diante de estudos que vêm sendo publicados no país. Ficou clara a dificuldade em reconhecer o valor de sua atuação naquele contexto, como se ela não acreditasse poder, a partir da própria vivência, acrescentar conhecimento a respeito.

A realidade das escolas paraibanas e os trabalhos aqui desenvolvidos tampouco aparecem nos estudos de abrangência nacional (SPOSITO, 2001; ABRAMOVAY e RUA, 2002). No entanto, na Paraíba, há pesquisadores que vêm se interessando pela temática já desde fins dos anos 1990. As Comissões de Direitos Humanos da UFPB e da UFCG também desenvolvem ações voltadas para a superação do problema.

A invisibilidade da produção lo-

cal convenceu-me da importância de, na metáfora do poeta, fazer vir à tona movimentos iniciais na pesquisa e na intervenção sobre a violência nas escolas paraibanas. Uma visão abrangente e ao mesmo tempo local da violência nas escolas é mister para pesquisadores e trabalhadores em educação, sobretudo para a escola pública, da qual se deriva a maioria dos dados e para a qual se dirige a maioria dos estudiosos interessados no desenvolvimento de projetos educativos para a cidadania e a paz ³/₄ conceitos eminentemente atrelados ao público.

Ao serem reconhecidas, as iniciativas pioneiras na Paraíba poderão orientar, entre nós, a implantação de políticas públicas afirmativas dos valores propalados em parâmetros curriculares e leis, mas ainda pouco enraizados nas práticas escolares.

1. MATERIALE MÉTODO

Este trabalho resulta da revisão descritivo-analítica da bibliografia científica (dissertações de mestrado, livros, cartilhas, relatórios) produzida a partir de estudos e intervenções sobre a violência em escolas paraibana, por pesquisadores e professores vinculados à pós-graduação e à extensão universitária no âmbito

da Universidade Federal da Paraíba. Esses textos foram lidos e seu conteúdo foi caracterizado em termos de período, local, autoria, formato, objetivos, perspectivas teórico-metodológicas e resultados, a fim de permitir a análise dos resultados locais em comparação com a produção de âmbito nacional, constante da bibliografia referida.

2. SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA (RESULTADOS E DISCUSSÃO)

2.1 Panorama da Produção Nacional

A violência, fenômeno antigo, tradicionalmente visível em algumas instituições, com as mudanças históricas, culturais e científicas ganha visibilidade em lugares inesperados: fala-se hoje apropriadamente também em violência(s) na escola, cada vez mais no plural que no singular. Essa expressão denomina tanto o próprio fenômeno quanto o construto teórico desenvolvido para estudar tal fenômeno.

Definida como um abuso intencional de poder nas diversas dimensões da vida humana (CANDAUI, 2001), a violência enraíza-se nas relações de poder entre os seres humanos: ela se infiltra em padrões de interação, em estratégias de resolução de conflitos e em representações sobre si mesmo ou sobre os outros na convivência

cotidiana.

Por ser geralmente carregada de uma aceção negativa (e acusativa), a violência é atribuída pelos mais fracos aos mais fortes quando estes subjagam aqueles. Mas o contrário também pode dar-se: os mais fracos por vezes recorrem à violência como forma de luta por seus interesses. Além do mais, a lei e alguns valores consagrados (como a soberania política e a propriedade privada) podem ser invocados pelas nações para justificar o uso da força em guerras e na repressão ao crime, por exemplo, tornando mais complexa ainda a distinção entre uso legítimo da força e violência. Assim, a distinção entre uso e abuso de poder, por um lado, e a identificação dos agentes da violência, por outro, são problemáticas, dependendo da perspectiva dos envolvidos.

Não à toa, a preocupação com essa questão é antiga: as causas da violência e a permanente possibilidade de sua intromissão nas relações políticas, sociais e intersubjetivas demandam a análise das ciências sociais e humanas, além da Filosofia. Hoje também os educadores aplicam-se à proposição de formas para superar o problema, cuja abrangência e complexidade demandam sempre estudos interdisciplinares. Logo, “se esta característica plurifacetada das manifestações atuais de violências, por um lado, dificulta a compreensão do objeto, de outro, amplia a tentativa de diferentes olhares e intervenções”, lembra Zenaide (2003b, pp. 74-75).

A violência na escola é analisada, em geral, por suas causas e manifestações, agrupadas em fatores internos (modelos de gestão, modelos de relacionamento e resolução de conflitos inter ou intragrupais, além dos vínculos com a comunidade de origem) e externos à escola (invasão por gangues e tráfico, burocracia centralizadora do poder decisório nas instâncias hierárquicas supra-escolares). Por sua vez, o construto sobre tal fenômeno ganhou estatuto científico, constituindo-se como objeto para as ciências humanas e sociais, desde os anos 1960, na Europa (DEBARBIEUX, 2001), e 1980, no Brasil (SPOSITO, 2001; ABRAMOVAY e RUA, 2002).

Nessa segunda acepção, a pesquisa vem florescendo: trata-se de um fenômeno relativamente novo entre nossos estudiosos, provocando uma série de estudos que sedimentam o conceito de violências nas escolas no discurso pedagógico, convergindo para o entendimento de algumas causas e para a proposição de algumas orientações para intervenções educativas com o intuito de superar ou evitar o problema. Esses estudos, recorrendo ao levantamento ou ao estudo de caso, têm sido desenvolvidos sobretudo em grandes capitais do país.

Já há importantes investigações brasileiras. Ao tratar da produção teórica, Sposito (2001), Abramovay e Rua (2002) contemplam a produção científica nacional, em universidades,

ONGs e outras instituições, a partir de 1980. Segundo as autoras, as pesquisas brasileiras revelam que a depredação dos prédios e do patrimônio das escolas, de um lado, e as agressões entre alunos, de outro, constituem as principais modalidades de violência na escola. Nessas investigações, “de fato, quase não há referência a agressões de professores contra alunos (...). Ao contrário, o que se percebe é a preocupação com as agressões sofridas pelos professores, praticadas pelos alunos e entre estes” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 85).

O fenômeno é considerado tanto em relação à organização da própria unidade escolar quanto, em escala mais abrangente, em relação às estruturas sociais, e só recentemente começa a ser objeto de pesquisas nos estudos de pós-graduação e de investigadores vinculados às academias. Essa recentidade deve-se ao também jovem processo brasileiro de redemocratização. “Mas é preciso reconhecer que a elevação da violência à condição de problema nacional no debate público decorre também de sua disseminação e diversificação no âmbito da sociedade civil” (SPOSITO, 2001, p. 3).

Outro dado importante é o da mudança na abrangência do conceito. Inicialmente relacionado com fatores exógenos (falta de segurança pública, invasões do prédio escolar) ou com os dispositivos de controle disciplinar dos alunos (rigidez normativa e punição) e do currículo escolar (vi-

olência simbólica), o conceito ampliou-se quando os padrões de sociabilidade ³/₄ entre os quais aqueles utilizados para resolução de conflitos inter e intragrupais ³/₄ também passaram a ser considerados como fonte endógena da violência na escola, como ocorre com as agressões (verbais e físicas), ameaças e incivilidades, especialmente no que diz respeito aos alunos (ORTEGA E DEL REY, 2002).

Ora, é evidente que essa mudança conceitual deve-se também ao aumento no grau de complexidade da violência na escola, que se expande: “o fenômeno alcança as cidades médias e regiões menos industrializadas e não é evitado a partir de medidas de segurança interna aos estabelecimentos” (SPOSITO, 2001, p. 7).

Com esse alargamento conceitual, a violência na escola passou a ser vista como resultante da combinação, específica da realidade de cada unidade de ensino, de múltiplas variáveis, tanto externas quanto internas, de maior ou menor escala, na composição do cotidiano escolar.

Tratar de violências nas escolas significa lidar com uma interseção de objetos e seus significados. Isto é, uma perspectiva sobre uma determinada ordem e não simplesmente a superposição ou o somatório dos objetos: escola e violência. Essa é uma equação específica, pois envolve práticas sociais que, para serem compreendidas, re-

querem um olhar que não as reduza a meras extensões de práticas violentas ou de procedimentos escolares (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 94)

Como se vê, na produção brasileira também é consensual admitir a violência na escola como um legítimo fenômeno para a pesquisa, complexo e só analisável duma perspectiva multidisciplinar.

Não só se explica a violência na escola pela proximidade com ambientes de delinquência e criminalidade, mas também pela cultura infanto-juvenil ³/₄ no que ela tem de reação ao mundo adulto, de constituição da própria identidade e de padrões de convivência organizados em torno de lógicas de repúdio às diferenças. Desse modo, a escola é agora reconhecida como “campo de conflitividade (sic) que configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto” (SPOSITO, 2001, p. 12). Nela, a ocorrência da violência

expressa a intersecção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões) (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 33).

Coordenadoras de um levantamento extensivo e compreensivo sobre violência na escola em catorze

capitais brasileiras — de que resultou o até agora mais amplo e detalhado panorama sobre o fenômeno no Brasil, Abramovay e Rua (2002) acrescentam alguns dados importantes. Segundo as autoras, “em comum com a literatura internacional, particularmente a francesa, está a percepção de que o professor é uma figura-chave tanto para ações preventivas como para controle de situações de violência nas escolas” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 90).

O aluno, mesmo sendo identificado como o principal agente de violência pela maior parte dos estudos, é também visto unanimemente como a maior vítima na escola, no que diz respeito à alteração do ambiente favorável ao aprender, ao comparecimento à escola e à qualidade das aulas.

Além do mais, é freqüente na literatura nacional a referência à crise nos significados sociais da escola. “Retém-se a idéia de que, nestes tempos, em diversos países, vir-se-ia afirmando a percepção de que a identidade da escola passa por mudanças, quando tornam-se claros os deslocamentos sobre o lugar da escola nas representações sociais” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 92).

Isso se comprova com mais um dado: “o fator mais relevante na construção de uma cultura de paz nas escolas é justamente a construção de um senso de pertencimento a uma comunidade escolar democrática” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 317).

2.2 A Literatura Científica Paraibana sobre o Tema

Os documentos paraibanos sobre violências nas escolas resultam de pesquisas e intervenções e são, fundamentalmente, análises e reflexões sobre dados coletados com educadores e alunos, em escolas e cursos de formação de professores. Podem ser reunidos em dois grupos de interesse: o acadêmico (voltado predominantemente à competência científica) e o comunitário (preocupado com a intervenção e transformação da realidade). No primeiro, foram classificadas pesquisas de pós-graduação. No segundo, textos didáticos e relatos de intervenção.

2.2.1 Pesquisas de pós-graduação

São dois os estudos de pós-graduação, em nível de Mestrado em Educação, de autoria de Andrade (1998) e Silva Filho (2003). Entre eles há várias aproximações: ambos são qualitativos e abordaram o fenômeno em escolas públicas, com a metodologia de estudo de casos e análise de conteúdo do discurso, valendo-se, para tanto, de entrevistas, questionários, discussões em grupo e observação participante. Parte dessa proximidade, além da postura metodológica, deveu-se ao próprio material considerado $\frac{3}{4}$ o discurso dos envolvidos com as violências nas escolas estudadas (educadores e alunos) $\frac{3}{4}$ e ao nível descritivo (e parci-

almente explicativo) do conhecimento produzido.

As investigações diferiram quanto à perspectiva teórica com que os dados foram analisados e aos desenhos assumidos pelas pesquisas consideradas. Andrade (1998), interessado em “analisar o discurso de educadoras do ensino fundamental de duas escolas da rede pública em João Pessoa-PB acerca da violência na escola” (p. 11), fez uma comparação inter-escolas, desenvolvida predominantemente com o suporte da teoria psicanalítica. Levou em conta categorias comuns aos discursos dos profissionais de educação de ambas as escolas, que emergiram espontaneamente nos momentos de interação verbal (marcantemente, as entrevistas e discussões em grupo): violência, escola, professor, aluno, família, direção e educação.

Silva Filho (2003), por sua vez, amparado num suporte predominantemente sociológico, tratou de interpretar o discurso dos professores e dos alunos de três escolas públicas municipais de João Pessoa - PB, desenvolvendo uma análise inter-escolas que também foi organizada a partir de categorias comuns aos discursos dos dois grupos considerados (alunos e professores), geradas espontaneamente nos momentos de interação verbal (marcantemente, as entrevistas e discussões, para os professores, e as entrevistas, para os alunos). As categorias emergentes mais importantes foram violência, família, valores,

mídia, cidadania, globalização e educação.

Para Andrade (1998), os resultados encontrados indicaram a relação entre violência e modelos de organização institucional interna à escola. As escolas estudadas diferiam em relação à organização de suas atividades cotidianas, sendo os fatores subjetivos (responsabilidade, motivação para o trabalho, solidariedade, respeito pelos alunos e colegas, valorização da própria atividade profissional), intersubjetivos (qualidade das relações estabelecidas entre educadores, estratégias de evitação e/ou resolução de conflitos) e psicossociais (representações sociais acerca da violência, da educação pública e da atividade docente) considerados relevantes na determinação daquela diferença, o que transparecia no discurso dos educadores participantes.

Assim, uma escola com organização institucional suficiente para garantir as atividades pedagógicas convivía com a violência no bairro e nas famílias de seus alunos, mas não era percebida como violenta em seu interior, nem por alunos nem por educadores. A outra, todavia, não conseguia manter-se funcionando satisfatoriamente. Nesta, o discurso sobre a violência na escola articulava-se com questões de indisciplina e gestão escolar e apontava, como alternativas para a violência, o melhor uso da estrutura material disponível (prédios, pátios, bens), a retomada das atividades pedagógicas regulares (particu-

larmente as aulas), a reorganização das relações entre educadores (bastante desgastadas) e o restabelecimento das relações com a comunidade (praticamente inexistente à época).

Para Silva Filho (2003), os resultados encontrados indicaram que os docentes adotam práticas de fuga ou repressão diante da violência na escola. Embora as concepções docentes sobre as causas da violência revelem uma consciência parcial de fatores sócio-econômico-políticos que contribuem para a produção da violência na escola, sua análise ainda é majoritariamente descontextualizada. Já os alunos denunciam a distância entre o discurso teórico assimilado pelos docentes e a prática pedagógica destes, de tal modo que essa distância não contribui para a formação de valores éticos ou cidadãos. O autor recomenda capacitação docente, discussão com os segmentos internos à escola, e transformação organizacional com vistas ao desenvolvimento de valores políticos em torno da cidadania e da humanização no espaço escolar.

Tais pesquisas produziram publicações. Em artigos, Andrade revisou o conceito de violência sob o prisma da Filosofia Política (1999a), considerou estudos contemporâneos sobre a violência na escola (1999b), apresentou uma leitura interpretativa de base psicanalítica para aspectos da subjetividade presentes em situações de violência, inclusive as escolares

(2000) e discutiu a importância do estabelecimento de relações entre escola e comunidade como estratégia de evitação ou superação da violência na escola (2002).

Silva Filho (2001) discutiu as diversas perspectivas de igualdade e liberdade, criticando os projetos liberal e tecnocrático global de sociedade, e, no contexto de globalização capitalista, analisou a agudização da violência social, marcada estrutural e culturalmente por esses novos ditames planetários. A busca de uma cidadania igualitária, por um lado, e a superação dos mecanismos globais de reificação do sujeito e de fomentação de desigualdades, por outro, foram apontadas como possibilidades de minimização das causas da violência (2002).

2.2.2.A Textos didáticos

Um livro e uma cartilha reúnem textos didáticos sobre violência na escola e sua prevenção ou superação, estando diretamente ligadas a intervenções junto a escolas e à formação de educadores de escolas públicas.

A cartilha, “Paz e Cidadania nas Escolas” (ZENAIDE, 2002), nas palavras de sua organizadora, constitui “um conjunto de textos elementares sobre temas abordados pelos educandos, a partir da construção de um diagnóstico sobre a violência na escola e no bairro [Valentina Figueiredo, na capital paraibana], ofe-

recido a educadores, família e comunidade” (p. 7). Desse modo, vários temas relacionados à violência, à paz e à cidadania são pensados, em linguagem acessível, em textos de curta extensão (em média, três páginas), ilustrados com gravuras feitas por um aluno da escola, que é acompanhada pela equipe de formadores de agentes para o Programa Paz e Cidadania nas Escolas¹.

As principais manifestações de violências na escola local, enfocadas na cartilha, estão relacionadas a conflitos entre grupos de alunos, ao abuso de autoridade docente, à violência sexual contra crianças e adolescentes e ao uso de drogas. Por outro lado, incluem-se temas que, dizendo respeito à vida social, estão ligados ao mundo escolar enquanto espaço preventivo de violências e formador de mentalidades e de consciências éticas: o trânsito, o consumo, o meio ambiente, a democracia, a paz, a sexualidade e a cidadania.

Chamam particularmente a atenção os textos sobre mediação de conflitos e abuso de autoridade. Depois de definir autoridade e autoridade na escola, apresenta-se o abuso de autoridade na escola como uma manifestação de violência simbólica a ser combatida, particularmente pelos alunos

que se sentirem vítimas dela (MOURA, 2002). Já a mediação de conflitos é apresentada como uma necessidade decorrente do fato de serem as relações humanas inerentemente conflituosas.

Os conflitos, por sua vez, “se instauram quando nas relações se estabelecem desigualdades, injustiças e divergências” (ZENAIDE, 2002, p. 32) que, na escola, expressam disputas decorrentes das diferenças de poder, saber, raça, gênero e etnia, opinião e atitudes. É a má gestão dos conflitos que produz a violência, simbólica ou física, e não o conflito em si mesmo, o que dá aos conflitos uma positividade que a autora pretende fazer reconhecer: “Os conflitos geram mudanças e renovam relações (...). O modo como os gerimos é que indica como estamos construindo a sociedade do amanhã, para a paz ou a guerra, para o respeito ou a violência, para a vida ou para a morte” (p. 33).

Nesse raciocínio, dirigido sobremaneira à juventude (na segunda fase do ensino fundamental ou no ensino médio), assim como a educadores e familiares, os textos objetivam apresentar o conceito de violência, distinguindo-o do exercício legítimo da autoridade e de uma representação idealizada de sociedade que elimina dis-

¹ O Programa Paz e Cidadania nas Escolas vem implementando no Estado, desde 2000, sob a coordenação da Universidade Federal da Paraíba, o Programa Nacional Paz nas Escolas, organizado em 1999 com vistas à “redução da violência entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas do país” (Cf. < <http://www.mj.gov.br/sedh/paznasascolas/> >). Integra o Plano Plurianual do Governo Federal para o triênio 2000-2003 e será avaliado em 2004, conforme planejamento do Ministério da Justiça (MJ/SEDH).

sensões, diferenças e desacordos, a fim de valorizar, por um lado, os limites inerentes às relações humanas, e, por outro, o diálogo e a tolerância como valores de convivência pela diferença.

Os textos didáticos apresentados no livro (ZENAIDE, 2003) foram produzidos por professores do curso “Ética e Cidadania”, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em parceria com a UFPB, e dirigido a educadores envolvidos em projetos para a implantação de Núcleos de Ética e Cidadania nas Escolas, inspirados nas orientações do Programa Paz nas Escolas. Ética, relações de gênero, conflitos, drogas, e relações étnico-raciais, além da própria violência e seus desdobramentos na escola, são pensados levando-se em conta a formação do educador face às questões éticas, assumidas como tema transversal pela política educacional brasileira.

Os nove textos que compõem a primeira parte desse livro têm como eixo organizador o conceito de cidadania. Apresentam um argumento básico: a cidadania não é um dado, mas antes resulta de uma lenta construção histórica que supõe a criação e difusão de uma lógica de paz, “construída na sociedade, objetivamente, e nas pessoas, subjetivamente” (SILVEIRA, 2003, p. 14). No caso brasileiro, “ainda nos encontramos distantes da vivência de uma plena cidadania” (CITTADINO E SILVEIRA, 2003, p. 69), também por conta de uma

história nacional marcada pela recentidade de uma experiência democrática duradoura.

Ora, tal construção histórica permite entender que “ninguém vem ao mundo como cidadão, antes terá de ser educado e construir-se como pessoa portadora de direitos e deveres” (FLORES, 2003a, pp. 48-49). Isso é mais acentuado ainda quando se reconhece o vínculo entre ética e cidadania: a liberdade e a responsabilidade contam igualmente em cada ação humana, sendo fundamental refletir sobre as relações entre vontade e dever, a fim de contribuir com uma educação de valores promotores da paz (PEQUENO, 2003).

Nesse contexto, a violência é apresentada como oposto do exercício da cidadania: é uma prática recorrente de resolução de conflitos originados nas profundas e estruturais desigualdades sociais, econômicas, culturais e sexuais que historicamente contribuíram para a formação de uma cultura política autoritária e repressiva. Física ou simbólica, doméstica ou institucional, urbana ou rural, política ou ecológica, as manifestações de violência na escola indicam haver a expansão ou a diversificação do fenômeno em espaços antes impensados.

Tais mudanças exigem a produção de novos conhecimentos e a capacitação dos educadores, já que a escola é reconhecida como um dos atores institucionais públicos responsáveis pelo desenvolvimento de ações para o enfrentamento e a pre-

venção da violência (ZENAIDE, 2003a, 2003b). Na escola, a educação para a paz centra-se na criação de um ambiente sociável, seguro, representado positivamente por seus agentes e pela comunidade, motivador do conhecimento. Além das ações em defesa da educação pública ampla e de qualidade, da implementação de uma educação para os direitos humanos e a cidadania, Zenaide (2003a) destaca o Programa Paz nas Escolas para o enfrentamento e a prevenção da violência na escola.

No entendimento da violência na escola destaca-se o conflito, definido como um processo cujo contexto é histórico, cultural e institucional e cujas causas podem ser o choque de interesses, as contradições sociais, as diferenças ideológicas e comportamentais. A violência é uma alternativa radical e adversa, encontrada para gerir o conflito: radical, porque ela suprime, ao menos momentaneamente, outras possibilidades de resolução do conflito; adversa, pois não é a solução mais favorável ao relacionamento social em que se originou o conflito, nem, tampouco, aos participantes desse relacionamento. Nessa perspectiva, a violência resulta do fracasso na negociação de conflitos, sendo contraposta à tolerância, ao diálogo, ao equilíbrio passional, ao reconhecimento e respeito para com o outro e, por fim, à democracia. A escola, por sua vez, é concebida “como alicerce para a democracia” e “portanto, um espaço privilegiado de

aprendizagem e ensino sobre gestão de conflitos” (ZENAIDE, 2003c, p. 139).

2.2.2.B Relatos de intervenção

No contexto de relatos de intervenção, apresentam-se análises da temática em duas publicações: um livro (ZENAIDE e BARBOSA JÚNIOR, 2003) e parte de outro, já referido (ZENAIDE, 2003a). Há, ainda, o texto do relatório final de atividades do Projeto Paz e Cidadania nas Escolas e no Bairro (BRASIL, 2002).

Em parte de um dos livros já citados, Flores (2003b) relata uma experiência vivida durante um curso de formação de educadores da rede estadual de ensino no interior do Estado, inserido no projeto Paz e Cidadania na Escolas. Nesse projeto, a formação para a ética e a cidadania é proposta como estratégia de enfrentamento da violência na escola. O artigo apresenta relatos de educadores de seis cidades do sertão paraibano, segundo os quais a violência manifesta-se nas escolas daquela região sob muitas das formas encontradas em outros locais: depredação do prédio escolar, vandalismo, agressões físicas e verbais entre alunos (e entre alunos e educadores), indisciplina, assédio sexual.

Ao elaborarem projetos de educação para a cidadania em suas escolas, esses profissionais do ensino também apresentaram, como hipóteses explicativas da violência na escola, a

influência do meio familiar (violento e /ou concessivo); a falta de investimentos nas escolas públicas e no trabalho docente; e as más condições infraestruturais da sociedade brasileira e nordestina. Tal quadro levou a autor a concluir que “houve uma incidência na questão da indisciplina, um liame nebuloso entre violência simbólica e a agressão física” (FLORES, 2003b, p. 195).

Com o objetivo de “sistematizar os dados obtidos por participantes do Curso Ética e Cidadania” de escolas duma cidade do Agreste Paraibano, “na perspectiva de construir propostas de projetos em Ética e Cidadania” através da metodologia de oficinas pedagógicas, Zenaide (2003-d, p. 199) apresenta dados sobre a violência nas escolas do município que foram coletados junto a todos os integrantes da comunidade escolar (educadores, alunos, administração, pais dos alunos etc.). A organização dos dados deu-se por meio da construção de “árvores sobre a violência nas escolas”: desenhos em que, conforme o entendimento de cada grupo integrante, junto às raízes são listadas causas da violência, junto à copa são listadas as manifestações da violência e junto ao tronco são listados os atores envolvidos no processo.

A violência e/ou uma ou mais de suas manifestações (agressão verbal, física e moral, abuso de poder, depreciação do prédio escolar, invasão da escola por estranhos e traficantes, indisciplina etc.) foram nominalmente

registradas na copa da Árvore das Relações Interpessoais; na copa e nas raízes da Árvore da Relação Família-Escola; na copa da Árvore das Drogas; na copa da Árvore da Gestão Escolar; na copa da Árvore da Violência contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Público; na copa e nas raízes da Árvore da Violência Familiar; na copa da Árvore da Segurança na Escola; e na copa das Árvores da Cidadania nas Escolas (uma com dados de alunos, outra de professores).

Já que “a construção das árvores possibilitou uma leitura analítica das formas de manifestações da violência na escola, suas causas e seus atores” (ZENAIDE, 2003-d, p. 243), ela permite ver, no conjunto das árvores organizadas a partir da escolha de temas pelos próprios educadores, uma associação recorrente (copa-raízes) de violência nas árvores em que a família está presente, reforçando a hipótese (bastante freqüente entre educadores) de que a violência na escola tem suas raízes fora dela $\frac{3}{4}$ na família $\frac{3}{4}$ fazendo pensar num certo psicologismo que tudo explicaria como resultado de falhas nas relações familiares (AQUINO, 2000).

Zenaide e Barbosa Júnior (2003) organizaram um livro que apresenta o resultado de um ano de trabalho do Projeto Paz e Cidadania nas Escolas e no Bairro em 2001. Naquele ano, educadores de todas as regiões de ensino do Estado foram envolvidos na definição de “alternativas educacionais com vistas à construção de uma

cultura pela paz e a cidadania no âmbito da escola pública” (ZENAIDE e BARBOSA JÚNIOR, 2003, p. 11). Esse esforço resultou em 66 projetos, dentre os quais 15 mencionaram explicitamente a palavra “violência” (na escola, na família e no bairro); 16 trataram de uma educação para a paz (associada à não-violência, portanto); e 29 construíram projetos sobre ética e cidadania. Assim, 90 % dos projetos relacionaram-se à violência na escola ou a seus avessos (ética, cidadania, paz).

Poder-se-ia argumentar que tal percentagem estaria ocorrendo tendo em vista uma indução: os projetos teriam seu conteúdo influenciado intencionalmente pelo Projeto Paz e Cidadania nas Escolas, a partir do qual surgiram.

Entretanto, cumpre lembrar que todos os projetos originaram-se na mesma etapa de avaliação e planejamento pedagógicos; que a metodologia adotada nas oficinas privilegia a participação ativa dos educadores, também na escolha temática para as oficinas em suas escolas (ZENAIDE, 2003-d). Por conta disso, inclusive, nem todas as escolas tomaram para si a problemática da violência, da paz ou da cidadania (seis escolas escolheram outros temas, como o da educação ambiental, por exemplo).

Daí que aquela percentagem de 90 % (60 escolas) parece válida para referir-se à preocupação majoritária de educadores da rede pública estadual

paraibana com questões relativas à ética, à cidadania, dentre as quais 25 % (15 escolas) estão às voltas explícita e principalmente com problemas de violência.

Outro dado significativo apontado pelo texto dos projetos é o de que a violência não se apresenta apenas nos maiores centros urbanos ou regiões economicamente mais desenvolvidas, mas alcança também cidades menores e regiões em todo o Estado. Há a preocupação com a superação ou a evitação da violência em escolas da Capital, do Brejo, do Agreste e do Sertão.

Os projetos não apenas apontam para uma nascente preocupação com a formação ética e cidadã como reverso da violência na escola $\frac{3}{4}$ pressuposto maior da capacitação que orientou seus autores $\frac{3}{4}$ mas revelam o impacto de uma das causas estruturais para o surgimento da violência nas escolas: a falta de investimento na educação pública. Todas as escolas registraram, no tópico relativo às dificuldades de execução do projeto, a falta de verbas para aquisição de material e realização de atividades. Sem infraestrutura garantida por verbas governamentais, os projetos tendem à não execução.

A conquista de espaços também foi outra necessidade recorrente: várias escolas consideraram, como ponto negativo ou obstáculo à execução do projeto, a falta de espaço no interior da escola: projetadas segundo uma concepção de ensino-aprendizagem

tradicional, restrita às salas de aula, muitas escolas públicas paraibanas carecem de salão ou auditório para acolher todos os integrantes de seu cotidiano em atividades diversas daquelas relacionadas à atividade estritamente intelectual da leitura e da escrita.

Cumpre, ainda, fazer referência ao Projeto Paz e Cidadania nas Escolas e no Bairro (BRASIL, 2002), desenvolvido junto a escolas da rede pública do Estado pela Universidade Federal da Paraíba, em cooperação com a Secretaria de Educação do Estado. Esse projeto, vinculado às orientações do Projeto Paz nas Escolas, do Governo Federal, apresentou dez metas, todas já cumpridas.

Entre elas, destacaram-se a produção de textos (cartilhas, livros, jornais) relacionados à violência na escola e no bairro; a realização de intercâmbio entre escola, comunidade e polícia em torno da questão da violência (experiência desenvolvida em um bairro de João Pessoa); a organização, implementação e monitoramento do Programa Paz nas Escolas na Paraíba (por meio de cursos e capacitação de profissionais da educação e de policiais, além da realização de encontro estadual); e a divulgação do Programa, através da criação de *home page* (hospedada no sítio da UFPB).

Pode-se reconhecer nesse leque de ações dois princípios orientadores. Um deles já foi mencionado: a educação para a cidadania e a ética oferece

uma alternativa à violência nas escolas. O outro aponta para a forma como essa educação deve dar-se: a integração $\frac{3}{4}$ por meio da comunicação, do diálogo $\frac{3}{4}$ entre a escola, a comunidade em que está situada e os agentes públicos de segurança. A violência vai deixando de ser, assim, um problema estranho à escola, que se vê impelida a rever suas práticas à luz do contato com a comunidade. Para tanto, porém, o Programa também supõe a necessidade de mudança de mentalidade acerca da violência, de suas causas e manifestações, tanto na escola como na sociedade $\frac{3}{4}$ particularmente aquela mentalidade que estabelece uma correspondência entre conflito e violência, de um lado, e violência e impotência, de outro.

3. CONCLUINDO: A PARAÍBANO CONTEXTO NACIONAL

Pode-se, diante dos dados apresentados, considerar que, com a ampliação da carga semântica do conceito de violência e o aumento dos índices brasileiros de suas manifestações na escola, o fenômeno adquiriu visibilidade entre pesquisadores e educadores interessados na temática. No caso da Paraíba, esse é um processo gradualmente crescente, principalmente a partir do final da década de 1990, em decorrência do surgimento das primeiras pesquisas e da implantação local de uma política nacional enfocando o problema.

Todavia, esse processo ainda é

inicial e está por ser avaliado em maior profundidade. No que diz respeito ao conhecimento do fenômeno, ainda são poucas as pesquisas: um pequeno número de estudiosos debruçou-se sobre a questão no Estado, que carece de um levantamento abrangente, à semelhança do que já foi realizado em outras capitais brasileiras pelo já referido trabalho de Abramovay e Rua (2002).

Não obstante, os resultados acerca das escolas paraibanas encontrados pelos pesquisadores considerados convergem, qualitativamente, para o que dizem as pesquisas mais abrangentes: esse cotejo sugere a confirmação das conclusões apresentadas sobre escolas paraibanas. Tal convergência permite, ainda, entender que as manifestações de violências nas escolas paraibanas assemelham-se, de modo geral, ao quadro definido nacionalmente, guardadas as devidas especificidades locais. Convém lembrar que a especificidade local não representa um viés significativo, na medida em que, inclusive, as peculiaridades locais são consideradas aspecto intrínseco à compreensão do fenômeno.

Destaca-se, na convergência, a mútua continência entre os grupos das vítimas e dos agentes de atos violentos na escola, na sua maioria jovens. Outro ponto enfatizado é o da importância da atuação dos educadores para prevenirem e solucionarem situações de violência na escola: daí a relevância da inclusão da temática

na formação daqueles profissionais, para reflexão e aprendizagem de estratégias de enfrentamento do problema pela ótica educacional.

Faz-se necessário mudar as tradicionais representações e medidas de resolução dos conflitos na escola, que em sua maioria responsabilizam apenas o alunado, isentando educadores e aplicando penalidades excludentes sem qualquer eficácia na mudança de comportamento do agente de violência ou na melhoria do clima escolar. Este último aspecto merece particular atenção e as pesquisas locais também nesse tópico convergem com as conclusões dos estudos internacionais (ORTEGA e DEL REY, 2002) e nacionais (ABRAMOVAY e RUA, 2002).

Em relação às intervenções desenvolvidas no Estado, todas se caracterizam por essa orientação mais atual. Aqui, o estabelecimento de uma cultura de paz e de não-violência nas escolas está articulado com princípios gerais de uma educação inclusiva e participativa, em que os vínculos entre escola e comunidade são apontados como fundamento para superação dos conflitos.

Entretanto, as iniciativas em nível estadual ainda não foram articuladas com as políticas públicas municipais, quiçá pelas divergências de interesses políticos ³/₄ o que termina por contribuir para o isolamento dos envolvidos nas experiências de enfrentamento das violências nas escolas, bem como para o risco de repe-

tição e desperdício de investimentos.

Há que se ressaltar, nesse último âmbito, que também há diferentes estratégias experimentadas em nível nacional, ainda não claramente integradas por uma lógica comum, não obstante serem os mesmos seus objetivos: por exemplo, não há manifesta articulação entre o “Programa Nacional Paz nas Escolas”, desenvolvido pelo Governo Federal a partir de 1999 e implantado na Paraíba a partir de 2000, e o programa “Abrindo Espaços”, desenvolvido pela UNESCO em alguns dos estados brasileiros. Este último propõe a abertura das escolas para a comunidade nos finais de semana, como medida de revalorização da imagem e do uso do espaço público escolar².

Portanto, a produção paraibana, desenvolvida a partir da segunda metade dos anos 1990, ainda está dando seus primeiros passos, logo atrás de outras iniciativas desenvolvidas em outros estados do País. Nesse sentido, ela vem acompanhando, com razoável atualidade, a produção nacional, também só recentemente impulsionada pela maior visibilidade do fenômeno no Brasil e no mundo: o que antes era invisível tornou-se manifesto, por conta da nova realidade social e das novas demandas feitas à escola.

Cumprido, por isso, estabelecer ar-

ticulações entre os pesquisadores e educadores locais, bem como entre as iniciativas nacionais e as locais, o que dará a estas últimas maiores oportunidades de troca de informação e de conhecimento acerca das violências nas escolas e dos meios para preveni-las ou superá-las na medida das possibilidades da educação na escola pública. O estabelecimento e a participação em uma rede de pesquisadores e agentes educativos que trabalhem com juventude e formação do educador parece ser uma iniciativa valiosa: ela pode fazer vir à tona e consolidar justamente esses movimentos iniciais de formação de uma cultura democrática e pacífica, que demandam cada vez mais da educação escolar pública o cumprimento de sua função social junto às camadas populares brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. (Orgs.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ANDRADE, F. C. B. **Entre o espinho e o frio**: o discurso do educador de ensino fundamental acerca da violência na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

² Há sinais de uma articulação mais clara em nível nacional. O Congresso Ibero-Americano de Violências nas Escolas, em Brasília, entre 28 e 29 de abril de 2004, fez novamente a temática repercutir na mídia, que noticiou ter o Governo Federal assumido a implantação do programa da UNESCO como política pública para a Federação.

- _____. Conceito de violência na filosofia política: formação e principais paradigmas. In: **Temas em educação**. João Pessoa: EdUFPB, 1999a.
- _____. Violência na escola: estudos contemporâneos. **Cadernos de Educação Popular**, João Pessoa, EdUFPB, 1999b.
- _____. Violência: a outra cena na escola. **Educare**, João Pessoa, n. 2, 2000.
- _____. Dentro ou fora, essa escola onde está? **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 7, n. 12, 1 sem. 2002.
- AQUINO, J. G. A indisciplina e o professor: desentranhando equívocos e mal-entendidos. In: _____. **Do cotidiano escolar**: ensaios sobre a ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.
- BRASIL. Programa paz e cidadania nas escolas e no bairro. **Relatório Final**. João Pessoa: MEC; UFPB 2002.
- BRASIL. **Programa nacional paz nas escolas**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/sedh/paznasescolas/> >. Acesso em: 15 mar. 2004.
- CANDAU, V. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In: _____. **Reinventar a escola**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CITTADINO, M. G.; SILVEIRA, R. G. A cidadania no Brasil: os incluídos e os excluídos. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- DEBARBIEUX, É. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educ Pesq**, v. 27, n. 1, p. 163-193, jan./jun. 2001.
- FLORES, E. C. A construção da cidadania: elementos para uma reflexão republicana. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003a.
- _____. Sala de reboco: experiências e vivências de professores do Alto Sertão Paraibano. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003b.
- MOURA, P. V. Abuso de autoridade na escola. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Paz e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- ORTEGA, R; DEL REY, R. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília: UNESCO; UCB, 2002.
- PEQUENO, M. J. P. Ética e cidadania. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- SILVA FILHO, F. B. Desiguais na liberdade e iguais na escravidão. In: XV EPENN, **Anais**, São Luís, 2001.
- _____. Globalização, cidadania e violência. **Cadernos de Educação Popular**, João Pessoa: EdUFPB, 2002.
- _____. **Escola do medo**: o discurso dos atores educacionais acerca da violência na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.
- SILVEIRA, R. M. G. Por que a cultura da paz? In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educ Pesq**, v. 27, n. 1, p. 87-103. jan./jun. 2001.

ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Paz e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

_____. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2003a.

_____. Dialogando sobre o fenômeno da violência. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003b.

_____. Conflitos, educação e cidadania: natureza, formas, dinâmica e gestão. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003c.

_____. Oficina pedagógica: a violência social nas escolas. In: ZENAIDE, M. N. T. (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003d.

ZENAIDE, M. N. T.; BARBOSA JÚNIOR, F. S. (Orgs.). **Cidadania e educação: projetos sociais para a prevenção da violência na escola**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.